



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Marcelo Brum – PSL/RS

PROJETO DE LEI Nº , DE 2021

(Do Sr. MARCELO BRUM)

Altera o §4º e inclui o §6º do artigo 33
ambos da Lei nº 9.504, de 30 de setembro
de 1997..

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O §4º e o §6º do artigo 33 da Lei nº 9.504, de 30 de
setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 33

§4º. A divulgação de pesquisa fraudulenta
constitui crime, punível com reclusão de 2 a 8
anos, e multa. (NR)

.....

§6º. É vedada a realização de pesquisas eleitorais
até quinze dias antes do pleito.(NR)

....."

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Historicamente, as Pesquisas Eleitorais serviram como
instrumento precioso de ciência política, auferindo tendências e rejeições dos
eventuais candidatos a cargos eletivos, bem como identificando outras
tendências; por exemplo, como votam os evangélicos, os católicos, os jovens,

Câmara dos Deputados| Anexo IV – 8º andar – Gabinete 828| 70160-900 Brasília -DF
Tel (61) 3215-52828 | dep.marcelobrum@camara.leg.br

Documento eletrônico assinado por Marcelo Brum (PSL/RS), através do ponto SDR_56526,
na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato
da Mesa n. 80 de 2016.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Marcelo Brum – PSL/RS

os idosos, as diferentes classes sociais, as estamentações por regiões, dentre outros critérios balizadores.

Ocorrem que Brasil, virou moda, os institutos de Pesquisas determinarem o ritmo de um processo eleitoral, apontando eventuais vencedores com absoluta falta de seriedade ou ausência de métodos e metodologias corretas.

Ultimamente, os erros de Institutos de renome, como o IBOPE, Data Folha, Vox Populis, dentre outros, têm apresentados erros, sem nenhuma justificativa perante a opinião pública. A previsão de multas – previstas no código eleitoral – nunca foi posta em prática e entra e sai eleição os erros e as discrepâncias foram cada vez mais agudas.

Um aspecto curioso nisso tudo é que os Institutos sempre comentem erros para beneficiar candidatos de esquerda, como observamos nas últimas eleições de 15 de novembro de 2020, a saber:

Ibope em São Paulo dava 47% para Boulos, e após os escrutínios deu apenas 40%; um erro de 7%, bem fora da margem de erro.

Em Porto Alegre, o IBOPE sempre criou um cenário de empate técnico, e as vésperas do pleito, apresentou Manuela, do PC do B, a frente de Sebastião Mello, com 51% dos votos. Teve apenas 45%. E perdeu a eleição para Sebastião Mello.

O que é isso, senão tentar induzir à opinião pública e interferir no resultado das urnas.

Mas vejamos mais alguns exemplos da recente eleição de 2020:

Em Recife, Marília do PT, era apresentada, as vésperas das eleições, com 50% das intenções de votos válidos, e fez apenas 43%. Um erro grosseiro e fora da margem de erro.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Marcelo Brum – PSL/RS

No Espírito Santo, com Coser, não foi diferente, as vésperas das eleições, com 50% das intenções de votos válidos, e fez apenas 41%. Outro erro grosseiro e fora da margem de erro.

No Pará, com Edmilson do PSOL, davam 57%. Fez 50%. Um erro de 7%, certamente influenciado pela manipulação da opinião pública.

O corolário é extenso. No Ceará, Fortaleza, Sarto do PDT, era apresentado com 61% das intenções de votos e fez 51%. É evidente que tal malversação influenciou diretamente os indecisos.

Teríamos centenas de exemplos para ilustrar a necessidade de pararem como esse tipo de manipulação e malversação da opinião pública. Aqui em nosso Estado, RS, na eleição de 2018, às vésperas do pleito, a RBS-TV divulgou uma Pesquisa onde o candidato ao Senado Luiz Carlos Heinze, aparecia em 4º lugar dentre os candidatos ao senado. Escrutinadas as urnas, obteve primeiro lugar, identificando um erro tão estúpido quanto grosseiro.

Em face de tudo isso, Nobres membros das Casas Legislativas, apresento este projeto que visa moralizar as sucessivas tentativas dos Institutos de Pesquisas Eleitoral de intervirem na lisura do processo eleitoral do país.

As pesquisas eleitorais deixaram de ser um instrumento de análise de ciência política para auferir eventuais colocações dos candidatos, para a adoção de um processo de malversação e manipulação da opinião pública. Razão pela qual apresento o presente Projeto que visa proibir, de forma cabal e definitiva, a publicação de pesquisas eleitorais 15 dias antes do pleito, justamente para evitar tais malversações. Ademais, defendo uma punição de até 8 anos de prisão para os donos de institutos que patrocinam esse crime lesa-pátria, pois é um crime grotesco de manipulação da opinião pública e que visa interferir, diretamente no resultado das eleições,





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Marcelo Brum – PSL/RS

especialmente pela fraude da intenção de voto que é contaminada, em sua livre expressão, pela mentira, malversação e engodo.

É nesse contexto que, diante da relevância da matéria, solicito o apoio dos parlamentares para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, em de de 2021.

Deputado MARCELO BRUM
PSL/RS

Documento eletrônico assinado por Marcelo Brum (PSL/RS), através do ponto SDR_56526, na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.

